

Acervo de Mortos e Desaparecidos



Dossiê: ...

Procedimento administrativo CEMDP: 240/96

Nome: ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO

Data de Nascimento: 13/09/1939

Status: Desaparecido

Biografia: Normal 0 21 false false false PT-BR X-NONE X-NONE

```
/* Style Definitions */ table.MsoNormalTable {mso-style-name:"Tabela normal";  
mso-tstyle-rowband-size:0; mso-tstyle-colband-size:0; mso-style-noshow:yes;  
mso-style-priority:99; mso-style-parent:""; mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;  
mso-para-margin-top:0cm; mso-para-margin-right:0cm; mso-para-margin-bottom:10.0pt;  
mso-para-margin-left:0cm; line-height:115%; mso-pagination:widow-orphan; font-size:11.0pt;  
font-family:"Calibri","sans-serif"; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin;
```

mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-fareast-language:EN-US;} Militante da VAR-Palmares, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Antonio Joaquim e Carlos Alberto foram presos em 15/02/1971 por agentes do DOI-CODI/RJ, na pensão em que se hospedavam à rua Farne de Amoedo, 135, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Na mesma data e local foi preso, mais tarde, Sérgio Emanuel Dias Campos, que sobreviveu. Antonio Joaquim, mineiro de Papagaios, proximidades de Pompéu, nasceu na Fazenda São José da Vereda, sendo filho de um fazendeiro que foi vereador pela UDN. Quincas, como era conhecido, tinha 13 irmãos vivos e estudou em regime de internato no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas, e depois no Colégio Dom Silvério, em Sete Lagoas. Em 1960, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde se graduou em 1965. Atuou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na Juventude Universitária Católica (JUC), participando da constituição da Ação Popular. Conseguiu escapar da prisão quando a Faculdade de Direito foi invadida logo após a derrubada de João Goulart, escondendo-se em um armário. Viajou para o Rio de Janeiro, retornando em 1965 para terminar seus estudos. Em 1966, já desvinculado da AP, atuou na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado, do MDB, e combateu a tese de voto nulo, que sensibilizava muitas áreas da esquerda. Advogou em Belo Horizonte e Teófilo Otoni até se mudar para o Rio de Janeiro, em 1969, integrando-se à VAR-Palmares. Sua família tentou exaustivamente alguma pista sobre seu paradeiro. Até o final de 1972, o pai fez 22 viagens ao Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, conseguiu três audiências com o ministro da Justiça Armando Falcão, buscou ajuda de Tancredo Neves e comunicou-se com vários oficiais das três Armas. Através do general reformado Ercindo Lopes Bragança, seu conhecido, chegou a receber, em setembro de 1972, a informação de que o filho fora preso pela Marinha e entregue ao Exército, mas tais informações nunca foram oficialmente confirmadas. Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 14/11/1972, a presa política Maria Clara Abrantes Pêgo, amiga de infância e condenada sob a acusação de integrar, com Antonio Joaquim, a célula de documentação regional da VAR-Palmares na Guanabara, fez impressionante relato das torturas a que foi submetida e denunciou o desaparecimento e possível morte de Antonio Joaquim na Polícia do Exército, sede do DOI-CODI/RJ. O historiador e ex-presos político Jacob Gorender, em seu livro Combate nas Trevas, menciona que Antonio Joaquim seria a única pessoa em contato com o banido Aderval Alves Coqueiro, morto, também no Rio, nove dias antes. Carlos Alberto Soares de Freitas e Beto para a família e 'Breno' na militância clandestina -, caçula de oito irmãos, cursou o primário no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni, e o secundário nos colégios Anchieta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1961, para cursar Sociologia e Política. Nesse mesmo ano filiou-se ao PSB e também à organização Polop. No período de 1961 a 1965, militou no Movimento Estudantil e contribuiu na implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Viajou a Cuba em 1962 para assistir às comemorações do terceiro aniversário da revolução liderada por Fidel Castro. Com o Golpe de Estado de abril de 1964, a Polop determinou que ele se deslocasse para o Rio de Janeiro, o que cumpriu por poucos meses. Em 26 de julho daquele ano foi preso em flagrante, novamente em Belo Horizonte, pichando muros com slogans de solidariedade à Revolução Cubana. Levado ao DOPS, recusou-se a desempenhar trabalhos burocráticos naquela dependência policial e foi transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves. Em novembro do mesmo ano, foi libertado por força de habeas-corpus. Participou, em 1965, da reorganização da seção regional do Partido Socialista Brasileiro, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da POLOP. No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu semanalmente artigos para o jornal operário Piquete. Em 1967, foi condenado à revelia pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora, o que o obrigou a atuar na clandestinidade. Em 1968, passou a integrar a direção nacional do COLINA e elaborou documentos de análise política para discussões internas na organização, usando o pseudônimo de

Fernando Ferreira. Nesse período, foi um dos diretores da revista América Latina. Logo após o AI-5, mudou-se para o Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, passou a integrar o Comando Nacional da VAR-Palmares, fusão entre COLINA e VPR, no qual permaneceu até desaparecer. Foi através de uma carta de Carlos Alberto que a família soube de sua prisão. 'Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa'. Carlos Alberto orientava os pais a respeito de como proceder para 'conseguir minorar as torturas, já que era impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento. Tem-se que incomodá-los. Encher-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. No princípio eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem à carga. Tentem de novo, mais uma vez, outra, gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lhes dêem sossego. Sempre se consegue romper a barreira'. Quando de sua prisão e desaparecimento, seus familiares fizeram tudo isso que Carlos Alberto propôs na carta premonitória, e muito mais. Foram mobilizados importantes advogados como Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Modesto da Silveira. Apelos dos familiares foram encaminhados às mais importantes autoridades do regime, como o presidente Garrastazu Médici e o chefe do Gabinete Militar João Baptista Figueiredo, além do ministro do STM general Rodrigo Octavio Jordão Ramos. Nenhuma informação foi apresentada pelo Estado brasileiro aos familiares até os dias de hoje. Ao relatar o que viveu na prisão, a militante da VPR Inês Etienne Romeu, amiga e companheira de Carlos Alberto desde a faculdade, sobrevivente do cárcere clandestino em Petrópolis (RJ) que ficou conhecido como 'Casa da Morte', declara que um dos carcereiros que a mantinha seqüestrada no local, conhecido por ela como 'Dr. Pepe', confirmou-lhe que seu grupo executara Carlos Alberto, por cuja prisão, em fevereiro, havia sido responsável. Disse-lhe, ainda, que seu grupo não se interessava em ter líderes presos e que todos os cabeças seriam executados, depois de interrogados. Vários outros depoimentos de presos políticos nas auditorias militares denunciaram a prisão e desaparecimento de Carlos Alberto e Antonio Joaquim. Amílcar Lobo, que na época era tenente-médico do Exército, admitiu ter atendido presos políticos na 'Casa da Morte' e também no OICODI/ RJ, tendo reconhecido Carlos Alberto dentre as fotos de pessoas que atendera no Quartel da Polícia do Exército entre 1970 e 1974. Em resposta ao habeas-corpus impetrado em maio de 1971 em nome dos três presos na mesma pensão de Ipanema, os comandos regionais das três armas responderam negativamente, sendo que, no caso da Aeronáutica, o brigadeiro João Bosco Penido Burnier, também denunciado como mandante de torturas e responsável pela eliminação de presos políticos, enviou resposta negativa a respeito de Carlos Alberto e Antonio Joaquim, mas positiva quanto a Sérgio Campos. Documento da Anistia Internacional registra a respeito de Carlos Alberto Soares de Freitas: 'torturado no CODI do Rio de Janeiro até abril de 1971 e depois desaparecido'.

Local de morte/desaparecimento: Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data do Recolhimento da documentação física para o Arquivo Nacional:

06/08/2009

Descrição (resumo do procedimento administrativo): Lei nº 9.140/95 e 04/12/95

Data da publicação no DOU:

04/12/1995

Filiação Mãe: Maria de Oliveira Campos

Filiação Pai: Joaquim Maria de Souza Machado

Data do desaparecimento ou última vez que foi visto:

15/02/1971
